

Hoje é dia da emenda popular na Constituinte

Deverão ser entregues mais de 50. Ontem, Ulysses recebeu 10 e elogiou a mobilização do povo

"Vou repetir o que tenho falado de manhã, de tarde e de noite: foi em abençoada hora que permitimos a abertura de canais para a participação da sociedade". A frase foi proferida ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), enquanto recebia emenda popular patrocinada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), proibindo a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no território nacional, à tarde em seu gabinete.

A emenda da SBPC foi apenas uma das 10 propostas populares encaminhadas ontem à Constituinte. Para hoje estão previstas a entrega de mais de 50 outras sugestões. Ontem, enquanto olhava a pilha de papéis contendo as assinaturas de milhares de eleitores, Ulysses brincou: "Daqui a pouco não sei onde vou arrumar lugar para tanto papel". Em seguida, ao agradecer a presidente da SBPC, Carolina Bori, admitiu que quando foi ventilada na Constituinte a possibilidade de participação popular através da

apresentação de emendas, mostrou-se "cético" quanto ao empenho do eleitorado. Hoje, reconhece que foi excelente o grau de mobilização popular.

O ex-líder do PMDB na Câmara, ex-deputado Freitas Nobre, esteve ontem às 15h15 no gabinete de Ulysses Guimarães entregando a primeira proposta do dia. A proposição dispõe sobre as "garantias ao exercício e a prática da assistência e tratamento espiritual", e recebeu o apoio de 60 mil eleitores.

Até mesmo a poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), encaminhou três propostas. Num cena quase teatral, Mário Amato, chamou Ulysses, no gabinete, para ir à portaria do Congresso onde lhe apresentou uma enorme pilha contendo mais de um milhão de assinaturas de eleitores. A primeira proposição, com 250 mil subscrições, é em defesa da livre iniciativa. As outras duas são pela manutenção da atual estrutura e da fonte de recursos as entidades sociais mantidas pelas indústrias. A do Senai teve o apoio de 550 mil eleitores,

enquanto a do Sesi obteve 500 mil assinaturas. Amato aproveitou para declarar que o empresariado "não pretende privilégios. Queremos um Brasil forte, irmanado no capital e no trabalho. Temos certeza que o senhor vai ser esse homem que fará com que o País tenha o que desejamos: igualdade para todos, harmonia de capital e trabalho e eliminação dos focos de miséria".

Foram apresentadas ainda as emendas criando o Estado de Iguaçu, sobre cooperativismo e a que trata sobre os concursos públicos e a cidadania.

Hoje, às 16 horas, o presidente da Constituinte receberá no Salão Negro do Congresso 31 emendas populares patrocinadas por diversas entidades, que às 14 horas farão um ato na rampa em defesa da aprovação das propostas populares. A emenda tratando da reforma agrária tem cerca de um milhão de assinaturas. A emenda das diretas em 88, patrocinada pelo líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), tem por volta de 150 mil assinaturas.

GIVALDO BARBOSA



Amato entrega a Ulysses emenda popular com 550 mil assinaturas

Veja o que a sociedade quer

● Cerca de um milhão de eleitores em todo o País assinaram a emenda popular de defesa da reforma agrária que será entregue hoje à Assembleia Nacional Constituinte. Este número de assinaturas foi colhido através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTST).

● Elas propõem a vinculação do direito de propriedade a obrigação social da terra e fixam o tamanho máximo da propriedade rural em 60 módulos (de 300 a 1.000 hectares). Defendem a posse automática da União sobre a propriedade que for decretada de interesse social para a reforma agrária e a indenização do desapropriado em Títulos da Dívida Agrária (TDA). Propõem também o instituto da perda sumária do imóvel acima de 60 módulos que ficam totalmente inexplorados durante três anos consecutivos.

● A emenda popular, coordenada pelo Diap (Departamento Interdisciplinar de Assessoria Parlamentar) deverá ser entregue hoje ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP).

A emenda conta com o apoio das nove confederações de trabalhadores e dez federações nacionais de funcionários públicos e trata dos direitos dos trabalhadores e funcionários.

A partir das 12 horas de ontem, o diretor técnico do Diap, Ulysses Riedel, estará concedendo entrevista coletiva sobre a emenda, que recebeu o apoio de aproximadamente, meio milhão de eleitores, de acordo com informações do próprio Diap.

● Emenda popular em defesa da criança e do adolescente, com cerca de 35 mil assinaturas, será entregue hoje, às 17 horas, à secretaria da Constituinte, pelo coordenador da Comissão Criança e Constituinte, professor Vital Didonet. A partir das 14 horas haverá um ato público e atividades culturais em frente ao Congresso Nacional, em defesa do menor. O evento marca o encerramento de uma fase desse trabalho, iniciado pelo ex-secretário do Planejamento do MEC, Walter Garcia, que promoveu debates em torno do assunto com 600 instituições comunitárias, privadas e públicas, durante 1986, em todo o território nacional.

● A Organização Mundial da Saúde calcula que de três a cinco milhões de abortos são praticados anualmente no Brasil, número que corresponde a 10 por cento do total mundial. A estimativa é de que, por ano, morrem no País 400 mil mulheres em decorrência de abortos realizados em situação clandestina. O aborto é atualmente a 4ª causa mortina no Hospital das Clínicas em São Paulo, e, em todo País, mata mais que os problemas cardíacos, os acidentes de trânsito e o câncer.

Esses dados levaram grupos de mulheres de todo o País, junto com o Comitê Nacional pelas Emendas Populares, a elaborar a emenda sobre Saúde da Mulher, que será apresentada hoje, às 15h, no Salão Negro do Congresso. A emenda estabelece que a mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada até 90 dias

de seu início, através da assistência integral às mulheres nos hospitais da rede pública, com um único parágrafo: serão respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais. A emenda é apoiada por 20 entidades de defesa dos direitos da mulher.

● Os profissionais de saúde realizam hoje, a partir das 14h, na rampa do Congresso, manifestação para entregar ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e aos demais constituintes a emenda popular da saúde, com mais de 35 mil assinaturas.

Contando com mais de 35 mil assinaturas de apoio, a emenda popular prevê que a saúde é um direito inalienável da pessoa humana, sem qualquer fator de discriminação, sendo assegurado pelo poder público constituído a toda população do País. Tal proposição entende que o direito à saúde implica em outros direitos fundamentais, como o acesso à terra e aos meios de produção, condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer, entre outros requisitos.

Prevê também que o volume mínimo dos recursos públicos destinados pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal à saúde corresponderá, anualmente, a 13 por cento das respectivas receitas.

● Sessenta e cinco mil assinaturas de cidadãos brasileiros de todos os pontos do País apoiam proposta de emenda popular, que objetiva garantir espaço à livre iniciativa do setor de saúde na próxima Constituição.

A proposta de emenda popular, que será entregue hoje às 18 horas, em Brasília, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sugere que o sistema nacional de saúde deve respeitar os princípios da universalidade do atendimento, pluralismo de sistemas médico-assistenciais, livre exercício profissional e livre opção do indivíduo entre diversos sistemas.

O documento é encabeçado pela Fenaess — Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, FBH — Federação Brasileira de Hospitais, ABH — Associação Brasileira de Hospitais, Abramge — Associação Brasileira de Medicina de Grupo, e IPCC — Instituto de Pesquisas dos Problemas Contemporâneos da Comunidade.

● Garantia de aposentadoria no mesmo valor do último salário recebido, participação dos trabalhadores nos lucros reais das empresas, limitação do desconto do imposto de renda na fonte sobre salários e aposentadoria para os bancários aos 25 anos de trabalho constam das três propostas de emendas populares que serão entregues hoje à Assembleia Nacional Constituinte, pelos funcionários do Banco do Brasil.

A subscrição das emendas foi coordenada pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anab) e com o apoio da União Nacional dos Acionistas M Inoritários do Banco do Brasil. O presidente da Anab, José Flávio Ventrice Bercotti, afirmou que as propostas têm o sentido reivindicatório por justiça social e demonstram o comprometimento

dos funcionários do Banco do Brasil com a comunidade, perdendo as propostas o cunho de um corporativismo simplista.

● A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada — Abrapp, encaminha hoje à Assembleia Nacional Constituinte, emenda popular propondo a supressão do artigo 360 da Comissão de Sistematização, que estabelece a paridade na contribuição de empregados e empregadores nos fundos de pensão fechados. A emenda tem mais de 300 mil assinaturas e é endossada por funcionários do Banco do Brasil, Banco Central, Petrobrás, Rede Ferroviária e sindicalistas das estatais.

Segundo Paulo Mente, presidente da Abrapp, uma outra emenda, também patrocinada pelos fundos de pensão fechados, será entregue à Constituinte. Diz respeito à imunidade tributária para as entidades de previdência privada sem fins lucrativos. Este ano os fundos de pensão estarão recolhendo Cz\$ 15 bilhões ao Imposto de Renda, e o Brasil, segundo Paulo Mente, é o único País que taxa esse setor assistencial.

● Hoje, às 17h45, os líderes do movimento pela criação do Estado do Triângulo, acompanhados dos prefeitos, vereadores e lideranças representando 74 municípios vão entregar ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, emenda popular propondo a separação política e administrativa da região, que atualmente pertence a Minas Gerais.

Participação da solenidade, que será realizada no gabinete de Ulysses Guimarães, o 1º vice-presidente da Câmara, Homerio Santos (PFL) e o deputado Chico Humberto (PDT), responsáveis pelo acompanhamento de proposta neste sentido, já em estudo pela Comissão de Sistematização e defensores do Estado do Triângulo.

● Salvador — Depois de 32 dias, foi encerrada ontem em todo o Estado a campanha "A Bahia não se divide", que conseguiu levantar mais de 300 mil assinaturas à emenda popular a ser encaminhada à Comissão de Sistematização contra o projeto de divisão do Estado, de autoria do deputado federal Fernando Gomes (PMDB-BA), que visa a criação do Estado de Santa Cruz. A emenda será entregue amanhã ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo governador Waldir Pires.

● Teresina — Foram 18 mil as assinaturas de eleitores piauienses apoiando as emendas populares enviadas à constituinte pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí, exigindo a garantia de serem incluídas a nova Constituição a moradia popular, o transporte coletivo e a reforma agrária.

A Famepi enviou ontem à Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), em Brasília, a cota de assinaturas, que será encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte, juntamente com as demais de todo País, durante ato público em frente ao Congresso. Uma delegação com 43 pessoas dos mais diversos bairros de Teresina viajou ontem para Brasília com a finalidade de participar do evento.

Grupos agora traçam tática para votações

Ao lado das negociações em torno dos itens polêmicos da Constituição, representantes dos grupos do consenso e dos 32 começaram ontem a traçar a estratégia política a ser adotada para garantir a inserção dos pontos consensuais no texto final da nova Carta Magna.

O primeiro passo definido pelos grupos é tentar convencer o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, a aproveitar os capítulos resultantes de acordo. Este trabalho começa ainda hoje, tendo o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores-adjuntos de Cabral, como principal articulador.

O líder do PMDB no Senado tem prazo até o próximo dia 23 para "fazer a cabeça" do relator-geral. E nesta data que se inicia a segunda fase de apresentação de emendas, quando os grupos tratarão de emendar o substitutivo em todos os pontos que contrariarem os acordos firmados ontem à noite.

Os dirigentes dos dois blocos acreditam que dispõem de maioria absoluta na Comissão de Sistematização para aprovar as emendas. Se estiverem enganados, ainda há a etapa da votação em plenário, onde afirmaram-se convictos de que contam com "mais de 300 votos" (a maioria absoluta é 281) para consagrar suas propostas.

Ao longo de várias horas de reunião, na sede da Fundação Israel Pinheiro, re-

presentantes dos grupos do consenso e dos 32 conseguiram ontem firmar acordo em torno de mais três itens polêmicos do projeto constitucional: sistema financeiro, meio-ambiente e sistema tributário. Temas como a anistia e a reforma agrária, esta última no detalhamento da imissão da posse, além de matérias da área trabalhista (aguardava-se proposta escrita do ministro Almir Pazzianotto), permanecem em debate no horário de fechamento desta edição.

Pelos acordos feitos ontem, a sociedade disporá de meios legais para processar criminalmente, nos termos de um Código do Meio-Ambiente a ser posteriormente aprovado, os responsáveis por ações lesivas ao meio-ambiente. Em outra vertente, as negociações resultaram na manutenção do ISS com o Estado, enquanto o IVC permanecerá no âmbito do município. A Empresa genuinamente nacional, por sua vez, continua a merecer tratamento diferenciado, mas a definição de "empresa nacional de capital estrangeiro" também entra na Constituição para que a União possa cobrar os impostos devidos.

Uma inovação aprovada pelos dois grupos, para ser inserida nas disposições transitórias, determina que toda a legislação complementar à nova Constituição será votada ainda nesta legislatura, ou seja, até 1990.

Blocão doutrina membros

O bloco de Centro que deverá mesmo ser batizado de Vanguarda Democrática na reunião marcada para amanhã, a partir das 10 horas, no Hotel Carlton, já definiu os pontos essenciais do manifesto de seis linhas que há alguns dias serve para que 20 deputados sensibilizem seus colegas a ingressarem no movimento.

Para constituir o bloco foi necessário definir os

pontos essenciais, deixando de lado tudo que pudesse gerar conflitos incontroláveis entre os signatários do manifesto de adesão mas que representam na prática o conteúdo básico do manifesto de seis linhas que há alguns dias serve para que 20 deputados sensibilizem seus colegas a ingressarem no movimento.

A reunião de amanhã será a terceira do grupo. Na primeira foram 71 constituintes, na segunda, 83. A previsão é de que agora cheguem mais de uma centena. Mas as listas de adesões têm crescido bastante. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) exibiu na semana passada uma com cerca de 45 assinaturas. Ontem, o deputado Roberto Izar (PFL-SP) garantiu que já conta com 37 assinaturas e vai chegar a 45.

AGENDA Constituinte

9h — Sessão ordinária da Câmara
10h — Sessão ordinária do Senado
14h30 — Sessão ordinária da Constituinte para a continuação da discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição. Dos oito constituintes inscritos, pelo menos três devem falar sobre o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo: Chagas Rodrigues (PMDB-PI), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).
16h — Entrega de emendas populares na Comissão de Sistematização
18h45 — Sessão extraordinária da Constituinte para discutir o tema "Direitos Trabalhistas e Liberdade Sindical". A estrela da noite certamente será Lula (PT-SP), quarto orador inscrito. Se a sessão não atrasar, ele falará por volta das 19h45, antes de Afif Domingos (PL-SP), quinto inscrito, e de Augusto Carvalho (PCB-DF), o sexto orador.
Amanhã (13) é o último dia do prazo para a apresentação de emendas ao projeto, na Comissão de Sistematização.

PLENÁRIO

Teses de Campos foram combatidas

Se alguém pedisse verificação de quorum, a sessão não aconteceria. Quando o senador Roberto Campos iniciou o calmo discurso em que defenderia a participação do capital privado na economia nacional — torpedeando a definição de empresa nacional apresentada pelos progressistas —, seu auditorio compunha-se de exatos 52 parlamentares. Iniciava, mornamente, mais uma das sessões extraordinárias programadas para lotar o plenário.

Roberto Campos elegeu quatro temas da Ordem Econômica para falar na sessão de ontem — empresa nacional, reserva de mercado, monopólio estatal e sistema tributário. Falou durante os vinte minutos a que tinha direito ininterruptamente, negando os insistentes pedidos de aparte dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e José Genoíno (PT-SP).

Logo no início do pronunciamento, Roberto Campos fez questão de frisar que não falava em nome do PDS, que tem na bancada, constituintes com posições diferentes das suas. E fez profundas críticas ao projeto de Constituição, especialmente os que tratam da ordem econômica.

O deputado Farabullini Júnior (PTB-SP) sucedeu a Roberto Campos na tribuna. Embora a intenção do petebista fosse discorrer sobre a questão da exploração de minérios, o senador ouviu já ali as primeiras críticas a seu pronunciamento. Com a voz mansa que a sonolenta ocasião recomendava, Farabullini acusou a Campos de haver usado o microfone para fazer "a defesa de multinacionais" e de um aberto e desorientado processo de internacionalização da economia brasileira.

Vladimir Palmeira (PT-SP) também não poupou farras a Campos — a seu ver um legítimo representante da "insensatez conservadora" que vem marcando a Constituinte. Palmeira defendeu a reforma agrária com pagamento das desapropriações em títulos da dívida pública, e não em dinheiro.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) criticou grupos incrustados no parlamento como móveis da frustração popular — também contraditando ao senador Roberto Campos.

LEONARDO MOTA

Não é candidato

O ministro Aureliano Chaves chegou ontem de Minas certo de que estão exagerando sua atual presença na política brasileira, que nada induz à conclusão de que é candidato à Presidência da República. Primeiro, porque sequer o presidente Sarney sabe o tempo de seu mandato. Segundo porque a Constituinte está em pleno andamento e ainda não definiu a forma de governo que o País terá. Terceiro, porque não se pode prever qual o quadro partidário que resultará no enfrentamento das correntes ideológicas que hoje tentam impor seus conceitos à sociedade. Para ele prevalecem agora a necessidade de se reforçar a transição e se fortalecer o regime democrático.

Para o ministro, consenso não é unanimidade. Se tem o consenso de preponderantes forças que o consideram um nome válido para a sucessão presidencial, deverá canalizar esses anseios positivos para o apoio ao presidente Sarney, de quem é ministro por opção e afeto. Poderia ter deixado o Governo na fase das desincompatibilizações para disputar uma cadeira de senador por Minas. Não o tendo feito, não transgredirá as regras que o prendem ao Governo.

Ontem, o ministro tinha uma conversa marcada para a noite com o senador Marco Maciel — com quem está plenamente afinado para discutir o quadro nacional e a campanha de filiação do partido.

SOMENTE ADMINISTRAÇÃO

Empenhado em dar seqüência aos programas administrativos de sua pasta, hoje, em Paulo Afonso, o ministro Aureliano Chaves deverá anunciar a redução de 15 para 10 por cento dos níveis de racionamento de energia elétrica no Nordeste.

SEIS MESES, MAS COM ALTIVEZ

"Seu eu tiver de ficar só mais seis meses no Governo, ou se cumprir até o fim o mandato de cinco anos, tudo bem. Mas numa hipótese ou em outra, não permitirei que se arranhe a autoridade do Presidente da República".

Essa ponderação, enxuta e seca, foi feita pelo presidente Sarney a um interlocutor que o visitava em pleno epicentro da crise do último fim de semana, quando caiu o ministro Joaquim Francisco. Serve de aviso aos marins.

PETROLEIROS NO "BOEING"

O cerimonial da Presidência da República andava ontem atrás do deputado Mário Lima, também presidente do Sindicato Nacional dos Petroleiros, para convidá-lo a viajar no "Boeing" presidencial na viagem de hoje cedo a Paulo Afonso.

COMUNICAÇÃO FALHA

A próxima viagem presidencial ao México registrará um alto teor de ausência de um esquema de divulgação antecipada do Brasil, e por isso corre o risco de passar em brancas nuvens, junto à opinião pública mexicana. Não há um só integrante da equipe da Comunicação Social do Planalto no México preparando o ambiente jornalístico para a chegada do presidente Sarney. O México, ao contrário, por ação do diretor da Televisa, Sr. Augusto Marzagão, está enviando a Brasília os dois mais conceituados jornalistas mexicanos, um da própria TV, outro colunista do Excelsior.